

19. Severino Gomes de Sousa, Filho — Comunicação — Pode ser aceito.

20. Vital de Almeida Santa Cruz — Sindicalismo Rural — Direito Agrário — Redação Técnica — Títulos insuficientes.

21. Wilson Laticia Bonfim — Macroeconomia — Comercialização e Preços — Mecanismo de Importação — Pode ser aceito.

Mediante despacho interlocutório a Universidade encaminhou indicação de novos docentes, em substituição aos que não foram aceitos anteriormente. Sua titulação permite a aceitação para as respectivas disciplinas são os seguintes:

1. Josemar Pereira dos Santos, para Estatística Aplicada, Noções de Estatística e Métodos Matemáticos Aplicados às Ciências Sociais.

2. Adalberto Pereira da Silva, para Organização e Métodos Cooperativistas.

3. Anauray Araújo de Vasconcelos, para Sindicalismo Rural, Direito Agrário e Redação Técnica.

4. Ailton Elisiário de Souza, para Microeconomia.

Constatado o regular funcionamento do curso, e satisfeitas as condições necessárias para seu reconhecimento, o Relator é de parecer que pode ser reconhecido o curso de Formação de Tecnólogos em Cooperativismo da Universidade Federal da Paraíba.

### III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, aprova o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1979. — Ruy Carlos de Camargo Vieira — Presidente e Relator.

### IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo n.º 7.233/78, originário da Câmara de Ensino Superior, 1.º Grupo, deliberou por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favoravelmente ao reconhecimento do curso de Formação de Tecnólogos em Co-

operativismo, do Centro de Formação de Tecnólogos de Bananeiras, vinculada ao Centro de Ciências e Tecnologia do campus da Universidade Federal da Paraíba de Campina Grande — Paraíba.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA — BA

Reconhecimento do Curso de Museologia, com habilitação em Museus de História e em Museus de Arte

Parecer n.º 313/79

CEsu, 2.º Grupo

Aprovado em 7/3/79

Processo n.º 7.055/78

### I — RELATÓRIO

O Relatório integra o Parecer original, arquivado no CFE.

### II — VOTO DO RELATOR

#### Corpo docente

A grande maioria tem títulos universitários de alto valor (titulares, doutores e mestres) e já leciona as mesmas disciplinas em outros cursos da UFBA já reconhecidos. Apenas Silvíia Maria Brando de Menezes, professora de Técnicas de Museu II, e Maria Célia Teixeira Moura Santos, de Técnicas de Museu III, lecionam apenas no Curso de Museologia, havendo ambas sido contratadas mediante concurso de provas e títulos.

Do anexo II do processo, constam os nomes e os documentos de todos os demais professores.

Considerando o exposto no Relatório e mais a relevante circunstância de que se trata de curso desbravador de caminhos, de alta significação cultural, com amplo mercado de trabalho, ainda que potencial, como declara a Comissão Verificadora, notadamente no Estado da Bahia, cuja riqueza histórica e artística merece contínuo cuidado, e considerando, por igual, o fato de que funciona sob a égide ilustre da UFBA, opinamos pelo seu reconhecimento, com duas habilitações — Museus de História e Museus de Arte.

### III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 2.º Grupo, aprova o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1979. — Tarcísio Meirelles Padilha — Presidente; Abgar Renault — Relator.

### IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo n.º 7.055/78, originário da Câmara de Ensino Superior, 2.º Grupo, deliberou por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favoravelmente ao Reconhecimento do curso de Museologia com as habilitações em Museus de História e em Museus de Arte, mantido pela Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

### FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

"JAMBE DE ALTAVILA" — AL

#### Reconhecimento dos cursos: a)

licenciatura de 1.º grau em Educação Artística; b) licenciatura de 1.º grau em

Estudos Sociais e licenciatura em Educação Moral e Cívica; c) Letras (1.º Grau e Plena — Habilitações em Português/Francês e Português/Inglês); d) História; e) Pedagogia (Habilitações em Orientação Educacional (plena); Administração Escolar e Supervisão

Escolar de 1.º e 2.º graus), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro de Estudos Superiores do Maricó.

Parecer n.º 314/79

CEsu, 1.º Grupo

Aprovado em 7/3/79

Processo n.º 5.509/77, 5.510/77, 5.511/77, 5.512/77 e 5.513/77

### I — RELATÓRIO

O Relatório integra o Parecer original, arquivado no CFE.

### II — VOTO DO RELATOR

#### a) Regimento

O Regimento se compõe de 8 (oitto) Títulos, 22 (vinte e dois) Capítulos, 17 (dezessete) Seções, 148 (cento e quarenta e oito) Artigos e 3 (três) Anexos. Achar-se apresentado em 3 (três) (três) vias devidamente rubricadas.

A análise de seu texto revela que a peça contém muitos erros, lapsos e impropriedades. São, vejamos.

2.6.1. Art. 13, alínea "a". Corrigir: a expressão "recuperação de insuficiências", embora constante do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 464/69, é tautológica. Não se recupera a doença, mas sim, a saúde. Substitua-se por "correção de insuficiências".

2.6.2. Art. 17. Eliminar: Não devem ser fixadas no Regimento as datas de início e de término dos períodos letivos. A matéria é própria do Calendário Escolar, como se acha estabelecido no art. 15.

2.6.3. Art. 21. Adaptar a redação ao preceituado no § 5.º do art. 29 da Lei n.º 5.540/68:

2.6.4. Art. 23, § 1.º. Corrigir. É obrigatória a inclusão de uma língua estrangeira moderna entre as provas do concurso vestibular por tratar-se de disciplina integrante do núcleo comum do ensino de 2.º grau, como decidiu este Conselho, através do Parecer CFE n.º 478/75 (Documenta n.º 171, pp. 28/30):

2.6.5. Art. 23, § 3.º. Corrigir. A matéria é da competência do Conselho Departamental e deve figurar obrigatoriamente no Edital do concurso vestibular. Eliminar o período que reza, verbis:

"Na persistência do empate, terá preferência o candidato de mais idade". A classificação do candidato no concurso vestibular deve ser feita levando-se em conta exclusivamente o seu desempenho nas provas.

2.6.6. Art. 23, § 4.º. Eliminar: a norma estabelecida nesse inciso arti-